

A (RE) CRIAÇÃO CAMPONESA: A conquista da terra no Assentamento Liberdade Camponesa no município de Corguinho – MS

Roberto Carlos de Oliveira¹
Mara Lúcia Falconi da Hora Bernardelli²

Resumo

Neste trabalho fazemos uma introdução sobre o debate existente na academia sobre a extinção, ou não, do campesinato trazendo autores que defendem as duas posições, mas deixando claro a nossa opção pelo campesinato. Procuramos mostrar a persistência do camponês em permanecer lutando na terra e reproduzindo seu modo de vida, apesar da ineficiência do Estado em liberar a documentação necessária para as linhas de crédito e viabilizar estradas e assistência técnica para a produção. Trazemos como exemplo o Assentamento Liberdade Camponesa no município de Corguinho no MS, fruto da luta direta do Movimento Camponês de Luta pela Reforma Agrária - MCRLA, que é uma dissidência do Movimento dos Trabalhadores sem Terra - MST.

Palavras-chave: Campesinato, Reforma Agrária, Movimento Social.

Introdução

O debate sobre o modelo de produção adotado no campo brasileiro leva para dentro das universidades e das organizações e movimentos sociais do campo o uso dos conceitos de agricultura familiar e camponesa.

O termo agricultura familiar, popularizou-se no Brasil nos anos 1990, sendo especialmente disseminado a partir dos trabalhos de Abramovay (1992) e Lamarche (1998) e adotado, a partir dos governos de FHC (1995-1998; 1999-2002), no direcionamento das políticas públicas orientadas para a pequena produção, fato reforçado, também, nos governos Lula (2003-2006; 2007-2010) e Dilma (2011-2014; 2015-2016).

Por outro lado, inúmeros outros autores, a exemplo de Oliveira (2007), Fernandes (2006), Almeida (2003), defendem a recriação camponesa como a face contraditória e conflituosa do modo de produção capitalista, com a produção capitalista das relações não capitalistas de produção, bem como as lutas empreendidas por esses sujeitos históricos, por reforma agrária e direitos sociais. Obviamente, é preciso considerar a enorme multiplicidade

¹ Acadêmico do 4º Ano de Geografia – Licenciatura pela Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul – UEMS. Agente da Comissão Pastoral da Terra do MS. E-mail: rocarolive@gmail.com.

² Geógrafa, professora da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Campo Grande. E-mail: marahorab@hotmail.com.

de atores capazes de serem reconhecidos como parte dessa categoria social, dadas as grandes diferenças existentes no país e a diversidade das formas de reprodução social que se encontram no território brasileiro (quilombolas, arrendatários, parceiros, assentados, ribeirinhos, entre outros).

O campesinato apresenta, também, uma carga histórica muito forte, carregada de memórias, que remetem às revoluções na Rússia dos czares, aos ideais comunistas de Lenin, à literatura de Marx, à Europa feudal e tantas outras revoluções nas sociedades de todos os continentes ao longo dos séculos. Revoluções que tiveram como protagonistas esse campesinato pobre, explorado pelos “donos da terra”, desde os feudos medievais aos tempos modernos.

Muitos autores têm defendido a tese de que o campesinato não existe mais. O historiador inglês Eric Hobsbawn, afirma em seu livro, A Era dos Extremos: o breve Século XX, que a mudança social mais impressionante e de mais longo alcance, “[...] e que nos isola para sempre do mundo do passado, é a morte do campesinato [...]” (HOBSBAWN, 2003, p.284). Hobsbawn utiliza estatísticas que mostram a redução do número de camponeses em vários países da Europa e da América do Sul, e Ásia, e, embora essas estatísticas não comprovem a extinção completa do campesinato, revelam que houve mudanças significativas no meio rural, que foram forçadas pelo capital que se apropria das terras cultiváveis e da força de trabalho do camponês expulso para o meio urbano.

Este mundo urbano-industrial em que vivemos acirra os conflitos no campo, pois, a terra continua sendo motivo de disputas e mortes. Exemplos deste processo são as agroindústrias de álcool, da celulose, soja e cana de açúcar que inviabilizam as condições de reprodução camponesa por meio da monopolização da terra pelo capital, tanto produtivo (voltado unicamente para a produção das *commodities*), quanto financeiro (com o único fim de especulação). Nos dois casos a lógica é a mercantilização dos bens naturais, da terra, da água, das sementes, em contraposição direta à lógica da reprodução camponesa.

Por outro lado, o campesinato não deixou de existir, o camponês está sempre se reinventando e se (re) criando enquanto classe social, inovando nas formas de produção e geração de renda, surpreendendo as expectativas quanto ao seu fim, como afirma OLIVEIRA,

Mais recentemente, um número cada vez maior de estudiosos da agricultura tem buscado a explicação não só para a permanência, como também para o aumento do campesinato na agricultura, no próprio processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção. Para eles o desenvolvimento desse modo de produção deve

ser entendido como contraditório. Isso quer dizer que o próprio capital cria e recria relações não-capitalistas de produção. (OLIVEIRA, 2007, p.184.)

A compreensão e o reconhecimento do campesinato como tal, se dá, não pela autoafirmação de ser camponês, mas no modo de se relacionar com a terra, pois segundo ALMEIDA (2003, p.20), [...] nos importava seu modo de vida e sua lógica de reprodução, sua compreensão da luta, aquilo que os diferenciava e os aproximava na terra conquistada.

As famílias camponesas mantêm uma relação com a terra como espaço de vida, modo de ser e convivência familiar, dela vivem e criam seus filhos e filhas, procurando passar a eles estes valores. Herdeiros e herdeiras destes ideais, passam a reproduzir a luta para ter o seu “pedaço de chão” da reforma agrária.

Essa luta é traduzida por ações de enfrentamento e resistência ao modelo de desenvolvimento que vem sendo implantado no campo brasileiro há décadas. Os camponeses ganharam aliados fortes, a partir do surgimento dos movimentos sócias no campo, que trouxeram conhecimento e informações sobre produção e comercialização, cooperativismo, associativismo, sindicatos rurais e vários outros temas que os ajudaram na sua organização para o enfrentamento e resistência ao modelo econômico que estava sendo imposto ao campo brasileiro.

Neste final de século, o debate a respeito da questão agrária contém antigos e novos elementos que têm como referências: as formas de resistência dos trabalhadores na luta pela terra e a implantação de assentamentos rurais simultaneamente à intensificação da concentração fundiária. No centro desse debate desdobra-se uma disputa política por diferentes projetos de desenvolvimento do campo. Desde a década de 70 o campo brasileiro passa por profundas transformações, resultantes da implantação do modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária pelos governos militares e pelas ações dos principais protagonistas da luta contra esse modelo: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST e a Comissão Pastoral da Terra – CPT. (FERNANDES, 2001, p. 19)

De fato, a Comissão Pastoral da Terra nasceu no período da ditadura militar (1975), fruto de uma ala da Igreja Católica chamada de CEB's - Comunidades Eclesiais de Base e que trazia as aflições das comunidades rurais para dentro da igreja, conforme afirmam Borges e Kudlavicz (2008),

Em vista desta forte presença da questão agrária no interior das CEB's, entre outras questões que afligiam as comunidades, no ano de 1975 nascia a CPT, em Goiânia, 'uma reunião de padres, bispos, irmãs e leigos', como observa a cartilha 'A terra só será de Deus, quando for dos irmãos' (CPT/sd). Brotava a CPT em meio a essas Comunidades, com o intuito de solidificar o compromisso da Igreja com os

camponeses arrendatários, posseiros, bóias-frias, sem-terra, dentre outras categorias. A partir da formação das CEB's e da CPT, a Igreja Católica, por meio do trabalho de acompanhamento, favorecia o processo de lutas camponesas. (BORGES; KUDLAVICZ, 2008, p. 91)

O fortalecimento das lutas camponesas, pela Igreja Católica, neste período, favoreceu o surgimento de movimentos sociais no campo e sindicais, entre eles o MST, que desponta como o maior expoente dessa luta e resistência dos sem-terra.

A luta pela terra é uma importante dimensão da questão agrária. Destas nascem diversas outras lutas, e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST – é hoje, sem dúvida, importante organização dos trabalhadores a praticá-las. [...] Por meio dessas ações dos trabalhadores podemos compreender as formas de resistência aos processos de expropriação, expulsão e exclusão. Pode-se analisar, igualmente, a disputa política por projetos de desenvolvimento rural. A amplitude dessa luta é conhecida pelas diversas manifestações cotidianas dos sem-terra, desde o trabalho de base às ocupações de terra; do enfrentamento aos latifundiários às diversas formas de violência contra os sem-terra; dos acampamentos e dos protestos com ocupações de prédios públicos às intermináveis negociações com o governo; do assentamento à demanda por política agrícola, na formação de consciência de outros direitos básicos, como educação, saúde etc. (FERNANDES, 2001, p. 37)

A grande concentração fundiária no país se deve a forma como foi feita a distribuição de terras desde o período colonial. Esta estrutura fundiária é um dos fatores que faz, com que a luta pela posse da terra e os conflitos agrários sejam uma constante, especialmente a partir do final dos anos 1970, com a organização de movimentos sociais no campo, quando o Estado, se sentindo pressionado, inicia o processo de implantação de assentamentos de reforma agrária na tentativa de diminuir os conflitos. Na concepção de FABRINI 2008,

A estrutura fundiária diz respeito à forma como a propriedade da terra está distribuída e tem motivado a preocupação de muitos estudiosos da questão agrária, pois a propriedade da terra torna-se elemento fundamental para a compreensão do campo brasileiro. (FABRINI, 2008, p. 54)

Segundo Fernandes (2001) existem, claramente, dois modelos/projetos de desenvolvimento, a agricultura camponesa e a agricultura capitalista, ambas fazem parte da questão agrária e, em seu movimento, promovem conflitualidade e desenvolvimento de forma simultânea. Os dois projetos em disputa são antagônicos. O projeto camponês, baseado na produção agroecológica e orgânica, das sementes crioulas, é um projeto de celebração da vida. Por outro lado, o projeto da agricultura capitalista, denominada agronegócio, defende o latifúndio dos monocultivos, dos agrotóxicos, do desmatamento, sendo um projeto de

exploração, expropriação e morte. Nas diferenças desses projetos estão explícitas diferentes visões de mundo, de sociedade e humanidade.

A expansão do agronegócio tem revelado que a luta das populações camponesas transcende a conquista e manutenção da terra, é uma luta por terra e território uma vez que a terra em disputa se mostra em sua condição de território, como portador de recursos naturais, culturais, sociais e matérias-primas indispensáveis à sobrevivência destas populações. A análise da história agrária brasileira tem revelado que, se nosso passado e presente simbolizam a continuidade de um modelo político concentrador de terra e renda, é também palco de inúmeras batalhas sociais de resistência (ALMEIDA, 2003, p.109).

A luta pela terra no MS

A ocupação do território do Sul do Mato Grosso segundo FABRINI (2008), se deu com a expansão das fazendas de gado e de abertura de estradas boiadeiras que permitiram o avanço do gado mais para dentro do Sul do Mato Grosso. Este avanço estimulou o desenvolvimento da região e o melhoramento do rebanho, passando a ser comercializado pelos frigoríficos de São Paulo.

Este povoamento foi marcado pela opção política ao latifúndio, desde que a Companhia Mate Laranjeira foi autorizada, por meio de concessão, a iniciar suas atividades nos campos de ervais na porção meridional, ignorando a existência de povos indígenas originários na região.

Em relação à Companhia Mate Laranjeira, cuja criação foi desencadeada pelo Decreto Imperial, de 1882, o qual concebeu, por arrendamento, a Thomaz Laranjeira imensas áreas para exploração de ervais, a análise de Bianchini acerca da ascensão e crise da empresa e sua relação com o povoamento do sul do Mato Grosso permite-nos compreender a sua importância no processo de inauguração do latifúndio como opção política e econômica da região sul de Mato Grosso. (ALMEIDA, 2003, p.111)

A Companhia Mate Laranjeira detinha o direito de exploração dos ervais, e não a posse das terras, mas de fato, na prática, exercia a posse da terra, com poder de polícia, elegendo políticos, controlando estradas, rios e com milhares de pessoas trabalhando nos ervais e em outras funções que a empresa demandava. A Companhia Mate Laranjeira também tinha contrato de arrendamento das exportações, ela pagava um valor determinado de taxas ao governo e cobrava o imposto de exportação de outros produtores de ervas. Na região do Sul de Mato Grosso, a Companhia Mate Laranjeira era um Estado dentro do Estado.

[...] A atuação da Cia Mate Laranjeira não permitiu o desenvolvimento de pequenas propriedades, nem mesmo para que os pequenos proprietários servissem como mão-de-obra na coleta de erva-mate. (FABRINI, 2008, p. 54)

A partir da Proclamação da República as terras devolutas passam para a competência do Estado, cujo domínio estava com as oligarquias regionais que se sentiram confortáveis em implementar a sua política fundiária concentracionista e excludente.

A estrutura fundiária do Mato Grosso do Sul ainda é uma das mais concentradas entre as unidades da federação, conforme colocado por Oliveira (2008), em Mato Grosso do Sul há 5 milhões de hectares de terra devoluta e 8,5 milhões de hectares de latifúndio improdutivo que deveriam estar destinadas à reforma agrária conforme manda a Constituição de 88. Os dados do Censo Agropecuário do IBGE de 2006 nos mostra que os estabelecimentos com até 200 hectares, apesar de representarem 72,08% do total de estabelecimentos pesquisados no Censo de 2006, possuem apenas 5,01% da área total. De outro lado, os estabelecimentos acima de 1.000 hectares, apesar de representarem apenas 10,18% do total, em termos de área, possuem mais de 76% das áreas do estado, como pode ser verificado na tabela 1.

Grupos de área total	Estabelecimentos	%	Área em hectares	%
De menos 01 ha a menos 200 ha	46.750	72,08	1.504.902	5,01
De 200 ha a menos de 1.000 ha	11.209	17,28	5.428.720	18,06
Acima de 1.000 há	6.603	10,18	23.123.327	76,93
Produtor sem área	300	0,46	-	-
TOTAL	64.862	100	30.056.947	100

Tabela 1- Mato Grosso do Sul – estrutura fundiária – 2006
Fonte: Kudlavicz, 2010 (baseado em IBGE – Censo Agropecuário de 2006).

Tendo em vista a enorme desigualdade existente no acesso à terra de trabalho em contraposição à terra de negócio (MARTINS, 1980), especialmente a partir da década de 1980 inicia-se, com maior força, a organização de trabalhadores sem terra no estado. No decorrer desse processo de lutas diversos movimentos são criados, entre os quais o Movimento Camponês de Luta pela Reforma Agrária (MCLRA), sobre o qual abordaremos a seguir.

O “Povo sem rosto”

A extensa literatura acadêmica mostra que os assentamentos rurais existentes no Brasil decorrem de intensas lutas pela reforma agrária promovidas pelos trabalhadores rurais sem terra. Esse modo camponês de lutar, ocupando latifúndios, fez o governo federal, nas últimas décadas, criar novas políticas públicas para os assentamentos da reforma agrária, na tentativa de controlar essas lutas. Dada a grande contribuição econômica e social que estes assentamentos deflagram, deveriam ser objeto de maior empenho e reconhecimento pelo Estado, uma vez que geram trabalho, aumento da oferta de alimentos à população, gerando maior qualidade de vida e permitem uma reprodução social mais digna às famílias assentadas. Nesse contexto, os movimentos sociais rurais são a maior força de luta pela terra, proporcionando o desafio da recriação camponesa nas ocupações e nas múltiplas formas de resistências que empreendem.

No estado de Mato Grosso do Sul, a exemplo do que ocorre em todo o país, a partir dos anos 1980 se intensifica a luta pela terra, com a constituição de diversos movimentos sociais, de distintas filiações e organizações. Neste trabalho enfatizamos a atuação do MCLRA – Movimento Camponês de Luta pela Reforma Agrária, que deve ser, portanto, compreendido como movimento socioterritorial de resistência dos trabalhadores sem-terra à exclusão social.

Para evitar mal-entendidos com relação a nosso pensamento, enfatizamos que movimento social e movimento socioterritorial são um mesmo sujeito coletivo ou grupo social que se organiza para desenvolver uma determinada ação em defesa de seus interesses, em possíveis enfrentamentos e conflitos, com o objetivo de transformação da realidade. Portanto, não existem “um e outro”. Existem movimentos sociais desde uma perspectiva sociológica e movimentos socioterritoriais ou movimentos socioespaciais desde uma perspectiva geográfica. (FERNANDES, 2004)

Também é necessário explicitar que o MCLRA/Brasil é uma dissidência do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), sendo que as disputas por espaços entre as lideranças são importantíssimas para as transformações da realidade, ou seja, para o “movimento”. Em depoimentos gravados, durante a pesquisa, com as atuais lideranças do movimento, nos foi relatado que o grupo dissidente fazia parte do Acampamento Carlos Marighella, no município de Campo Grande, sob a bandeira do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Uma das ações planejada era ocupar a Fazenda Imbira no mesmo município, pois a área já estava destinada a ser transformada em um assentamento. A proposta era que um grupo deste acampamento se juntasse a outros para a ocupação, porém, a liderança

do acampamento, neste período, decidiu levar todas as famílias para a área, causando, então, um descontentamento com a direção do MST regional, o que resultou na divisão do grupo. As famílias, então, se reuniram em assembleia e decidiram deixar o MST, fundando/criando um outro movimento para lhes dar suporte jurídico, tendo clareza de que, a partir deste momento, perderiam o apoio de sua base maior e passando a construir seus próprios caminhos.

[...] Os movimentos socioterritoriais para atingirem seus objetivos constroem espaços políticos, especializam-se e promovem espacialidades. A construção de um tipo de território significa, quase sempre, a destruição de um outro tipo de território, de modo que a maior parte dos movimentos socioterritoriais forma-se a partir dos processos de territorialização e desterritorialização. (FERNANDES, 2004)

Nesta caminhada, buscando a sua territorialização, o movimento MCLRA/Brasil procura agregar mais famílias e a articular ações em conjunto com outros movimentos sociais rurais, continuando a desenvolver suas ações em um espaço geográfico restrito, e nesta perspectiva é que podemos conceituá-lo como um movimento isolado.

Movimentos isolados são aqueles que atuam em uma determinada microrregião ou num espaço geográfico equivalente. Consideramos estes movimentos como isolados não por estarem sem contatos com outras instituições, mas sim por atuarem em um espaço geográfico restrito. [...] (FERNANDES, 2004)

Atualmente o movimento se organiza em sete acampamentos e um assentamento. Para chegar neste estágio o movimento MCLRA precisou organizar ocupações, manifestações, articulações com órgãos públicos, enfim, provocar conflitos para que fossem ouvidos e atendidos em suas reivindicações por reforma agrária. Precisavam, também, de uma identidade e uma nova bandeira, conforme nos relata uma das lideranças atuais em depoimento gravado sobre o período após a separação do MST,

[...] ficou 117 famílias [...] na época se reunimos ali no barracão e fizemos a bandeira [...] a arte da bandeira, aí criamos, né, MCLRA, Movimentos Camponês de Luta pela Reforma Agrária, ela foi criada num barracão na Fazenda Imbira [...] criada a arte, criada o nome [...] construção coletiva em 117 famílias. [...] Na época lá, primeiro surgiu o desenho, né, ha! vamo ponha o desenho assim! [...] não, vamo fazer uma bandeira verde, não vamos fazer igual a do MST, vamo fazer verde, verde porquê? Porque é o campo, a esperança é não sei o que. Ha! Vamo ponha um povo, um povo sem rosto, aí surgiu, um povo sem rosto que somos nós [...] não somos reconhecido diante da sociedade, então nós somos povo sem rosto não só o sem terra, mas entra, na verdade, os baixa renda em geral, mesmo que você não é sem terra, mas tá aqui na periferia, você é um povo sem rosto você não tem reconhecimento pela sociedade.

[...] o nome? Por que é assim, movimento, tinha que ter o nome de M que é de movimento, e C, porque é o Campo né, camponeses, tinha que ter camponês, que é o campo, defender a agricultura familiar, defender o pedaço de terra, então o campo

né. [...] luta, L né, porque seria as luta que vamos ter no dia a dia para conquistar o campo de volta para os camponeses, né, então a luta significava... Movimento Camponês de Luta pela Reforma Agrária... reforma agrária que é o país que não atingiu a meta dele hoje de reforma agrária, não atingiu, desde a época de Getúlio Vargas para cá eles não conseguiram, o Brasil não teve avanço em reforma agrária.

A Figura 2 mostra a bandeira criada pelo MCLRA.



Figura 2: Bandeira do Movimento Camponês de Luta pela Reforma Agrária-MCLRA.
Fonte: Projeto de Assentamento Liberdade Camponesa.

“A Terra Prometida”

Assim como outros movimentos que conquistaram a terra a partir da luta, o MCLRA teve uma trajetória longa até a conquista do assentamento Liberdade Camponesa. Os lotes individuais distribuídos às famílias variavam de tamanho, entre 8 e 10 hectares, apresentando muitos problemas de infraestrutura, pois não foram totalmente implementadas pelos órgãos responsáveis do governo.

O Assentamento Liberdade Camponesa está localizado no município de Corguinho, no centro de Mato Grosso do Sul. O município está distante cerca de 100 quilômetros da capital do estado, Campo Grande, fazendo parte dessa Microrregião Geográfica. Encontra-se na latitude de 19°49’54” Sul e longitude de 54°49’46” Oeste. De acordo com o último Censo

Demográfico do IBGE (2010) possuía 4.862 habitantes, com uma estimativa para 2016 de 5.622, o IDHMA (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) de 2010 é de 0,671, apresentando uma densidade demográfica de 1,84 hab./km², em uma área de 2.638,168 Km², abrangendo em seu território os biomas Cerrado e Pantanal.

O povoamento de Corguinho teve início em 1931, quando uma leva de garimpeiros, nortistas e nordestinos, tomaram conhecimento de garimpos nos córregos Carrapato e Formiga. Corguinho é topônimo originado do córrego do mesmo nome que banha a cidade. Os garimpeiros insatisfeitos com o resultado da exploração, levantaram acampamento e desceram o rio Aquidauana, até a foz do ribeirão Corguinho, onde encontraram novas jazidas de aluvião e os resultados da exploração foram promissores, atraindo novos garimpeiros, consolidando a formação do povoado (IBGE, Link: <http://cod.ibge.gov.br/14HC>)

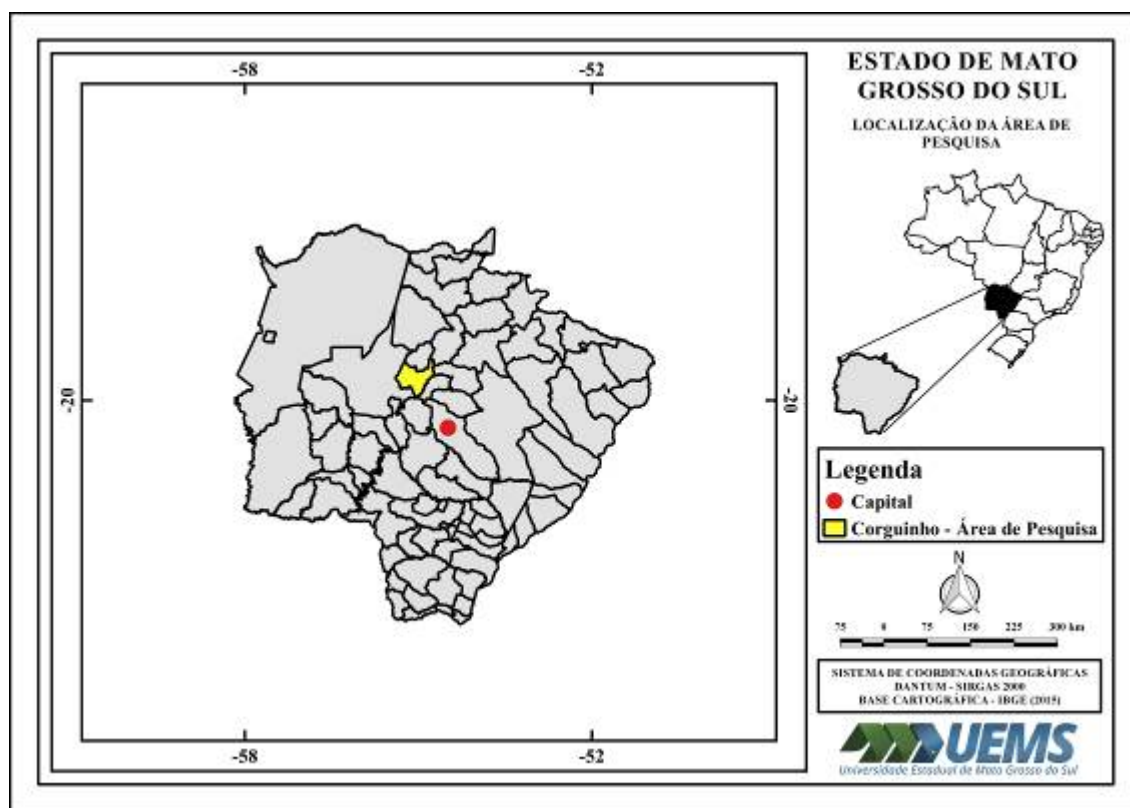


Figura 1 – Estado de Mato Grosso do Sul – localização da área de pesquisa.

Conforme os dados do Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (Quadro 1), atualmente o município possui quatro Projetos de Assentamento da Reforma Agrária implantados em seu território, ocupando uma área total de 5.824,04 ha.

Nome PA	Município	Capacidade	Famílias Assentadas	Área PA (ha)	Data Criação
PA Corguinho	Corguinho	220	129	3.633,6039	28/12/2007
PA Torre de Pedra	Corguinho	36	34	762,2536	26/12/2008
PA Rancho Alegre	Corguinho	25	24	518,7557	30/12/2008
PA Liberdade Camponesa	Corguinho	50	48	909,4359	22/12/2009

Quadro 1: Corguinho – MS - Projetos de Assentamentos da Reforma Agrária
Fonte: INCRA 2016. Org.: Roberto Carlos de Oliveira

A maioria das famílias eram moradoras de áreas periféricas da cidade de Campo Grande e antes da criação do projeto de assentamento passaram pelo processo de ocupação, que durou aproximadamente cinco anos, período em que várias privações, necessidades e dificuldades foram vivenciadas. Foram quatro distintas áreas ocupadas: Fazenda Imbira, Eldorado, Mamonas e Bagaçu, até as 48 famílias serem assentadas em Corguinho, no P. A. Liberdade Camponesa.

As terras desapropriadas da Fazenda Três Piúvas foram destinadas ao estabelecimento do P. A. Liberdade Camponesa, anteriormente ocupados por pastos voltado à pecuária de corte.

Somente seis anos após sua implantação, a partir de 2015, é que começaram a chegar os primeiros créditos do INCRA para os assentados (as), tendo em vista que havia muita burocracia e desconhecimento dos moradores sobre como acessá-los. Mas a ineficiência do INCRA na emissão das DAP's – Declaração de Aptidão ao Pronaf, inviabilizou o acesso às linhas de créditos para os assentados, deixando a produção de alimentos estagnadas. A água ainda é um problema para as famílias assentadas e a energia elétrica só começou a ser implantada no final do ano de 2015.

Além desses problemas, no período de chuvas há lotes que ficam incomunicáveis, tendo em vista a precariedade das estradas e a ausência de pontes em muitos trechos, havendo diversos córregos que cortam o assentamento, o que torna a situação dos residentes ainda mais precária, pois não há como escoar a produção, levar as crianças à escola ou buscar auxílio em caso de necessidade; dessa forma, vivenciam uma situação de penúria, sem garantias mínimas de cidadania.

Acreditamos, dessa forma, que a permanência dos camponeses ocorre pela persistência e não pelas condições que encontram ao ingressar no lote/assentamento, sendo extremamente necessário que as políticas públicas efetivamente cheguem até os assentados e possam propiciar condições mais dignas de existência, atendimento dos direitos de cidadania e criação das condições para que possa haver produção, comercialização e geração de renda no P. A. Liberdade Camponesa.

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo, Hucitec, 1992.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Identidade, distinção e territorialização: o processo de (re)criação camponesa no Mato Grosso do Sul**. 2003. 391 f. Teses (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2003.

BORGES, Maria Celma; KUDLAVICZ, Mieceslau. **História e vida da CPT em Mato Grosso do Sul: Contribuição na luta pela terra e para nela permanecer**. In. ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de (Org.). *A Questão Agrária em Mato Grosso do Sul: Uma visão multidisciplinar*. Campo Grande, MS. Ed. UFMS, 2008, 347p.

FABRINI, João E. **A posse e concentração de terra no Sul de Mato Grosso do Sul**. In. ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de (Org.). *A Questão Agrária em Mato Grosso do Sul: Uma visão multidisciplinar*. Campo Grande, MS. Ed. UFMS, 347 p. 2008.

FERNANDES, B. M. **A Formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos Sociais e Espacialização da Luta pela Terra**. Gramado: XVII Encontro Nacional de Geografia Agrária (anais), 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. In: BUAINAIN, Antonio Márcio. (Org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2007.

HOBSBAWM, Eric. **A revolução social 1945-90**. In: **A era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991**. Tradução Marcos Santarrita; revisão técnica: Maria Célia Pacli. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 282-313.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007, 184p.